Instituto Brasileiro de Estudo e Apoio Comunitário Queiroz Filho (IBEAC)

Demonstrações financeiras acompanhadas do Relatório do Auditor Independente

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

Instituto Brasileiro de Estudo e Apoio Comunitário Queiroz Filho (IBEAC)

Índice

	Página
Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras	2
Demonstrações financeiras	5
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022	11

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos:
Conselheiros e Administradores da
Instituto Brasileiro de Estudo e Apoio Comunitário Queiroz Filho (IBEAC)
São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do **Instituto Brasileiro de Estudo e Apoio Comunitário Queiroz Filho (IBEAC) ("Entidade")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do superávit do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva" as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Instituto Brasileiro de Estudo e Apoio Comunitário Queiroz Filho (IBEAC)**, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como aquelas aplicáveis a entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 - R1).

Base para opinião com ressalva

Ativo imobilizado

A Entidade não mantém controles adequados sobre os bens do ativo imobilizado que nos permitam aplicar os procedimentos usuais de auditoria. Além disso, as taxas de depreciação adotadas não consideram a vida útil estimada dos bens, conforme as práticas contábeis estabelecidas. Em decorrência disso, não foi possível estimar os efeitos potenciais dessas questões sobre as demonstrações financeiras, o que nos impede de emitir opinião sobre essa rubrica.

Ajuste de exercício anteriores

Conforme descrito na nota 8.2 durante o exercício de 2023, a Administração da Entidade identificou ajustes de exercícios anteriores no montante de R$ 78.441, que foram contabilizados na rubrica de "Ajuste de exercícios anteriores" no Patrimônio Líquido. A Administração da Entidade optou por não fazer esses ajustes de forma retrospectiva conforme estabelece o CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro", determinam que correções de erros.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao **Instituto Brasileiro de Estudo e Apoio Comunitário Queiroz Filho (IBEAC)** de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações financeiras do **Instituto Brasileiro de Estudo e Apoio Comunitário Queiroz Filho (IBEAC).** referente ao exercício de 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente por nós examinadas, as quais emitimos relatório datado em 11 de abril de 2024, sem ressalva.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2025.

Sílvio Cesar Cardoso
Contador CRC 1SP-188.428/O-5

RSM Brasil Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-030.001/O-7

Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário Queiroz Filho (IBEAC)

Balanços patrimoniais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em reais)

ATIVO

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	**3**	913.675	753.756
Total do ativo circulante		**913.675**	**753.756**
Ativo não circulante			
Precatórios a receber	**4**	85.070	-
Imobilizado líquido	**5**	378.337	416.100
Total do ativo não circulante		**463.407**	**416.100**
Total do ativo		**1.377.082**	**1.169.856**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário Queiroz Filho (IBEAC)

Balanços patrimoniais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante			
Recursos de projetos a aplicar	**6**	520.954	450.058
Contas a pagar	**7**	36.000	-
Total do passivo circulante		**556.954**	**450.058**
Passivo não circulante			
Contas a pagar	**7**	6.000	-
Total do passivo não circulante		**6.000**	**-**
Patrimônio Social			
Patrimônio Social		798.239	503.870
Superávit do exercício		15.889	215.928
Total do patrimônio Social	**8**	**814.128**	**719.798**
Total do passivo e patrimônio Social		**1.377.082**	**1.169.856**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário Queiroz Filho (IBEAC)

Demonstração do superávit para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receita Operacional			
Com restrição			
Receita de atividade Social	**9**	1.246.660	1.266.267
Sem restrição			
Receita de contribuição, doação e promoção	**10**	68.308	178.135
Trabalho voluntário	**11**	147.000	47.800
Outras receitas	**-**	63.495	25.868
Total das receitas		**1.525.463**	**1.518.070**
Imobilizado líquido			
Custo da atividade social	**12**	(1.078.614)	(1.076.376)
Total do custo atividade social		**(1.078.614)**	**(1.076.376)**
Resultado Bruto		**446.849**	**441.694**
Despesa Operacional			
Despesas administrativas e gerais	**13**	(304.745)	(200.585)
Trabalho voluntário	**11**	(147.000)	(47.800)
Total das despesas		**(451.745)**	**(248.385)**
Receitas e despesas financeiras	**14**	20.785	22.619
Resultado Financeiro		**20.785**	**22.619**
Superávit do exercício		**15.889**	**215.928**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário Queiroz Filho (IBEAC)

Demonstração de resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Superávit do exercício	**15.889**	**215.928**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**15.889**	**215.928**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário Queiroz Filho (IBEAC)

Demonstração das mutações do patrimônio social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em reais)

	Notas	Patrimônio Social	Superávit exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**490.186**	**13.684**	**503.870**
Incorporação do superávit ao patrimônio Social		13.684	(13.684)	-
Superávit do exercício		-	215.928	215.928
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**503.870**	**215.928**	**719.798**
Ajuste de Exercícios Anteriores	8.2	78.441	-	78.441
Saldos em 01 de janeiro de 2023		**582.311**	**215.928**	**798.239**
Incorporação do déficit ao patrimônio Social	8.1	215.928	(215.928)	-
Superávit do exercício		-	15.889	15.889
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**798.239**	**15.889**	**814.128**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Brasileiro de Estudos e apoio Comunitário Queiroz Filho (IBEAC)

Demonstração do fluxo de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	**15.889**	**215.928**
Receitas (Despesas) que não envolvem caixa		
Depreciação e amortização	37.763	41.561
Ajuste de Exercícios Anteriores	78.441	-
(Aumento) / redução das contas do ativo		
Precatórios a receber	(85.070)	-
Aumento / (redução) das contas do passivo		
Recursos de projetos a aplicar	70.896	(538.421)
Contas a pagar	42.000	(1.006)
Outras contas a pagar	-	(16.739)
Caixa proveniente (aplicado nas) das atividades operações	**159.919**	**(298.677)**
Caixa e equivalentes de caixa proveniente (aplicado nas) das atividades operacionais	**159.919**	**(298.677)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	-	(12.339)
Caixa e equivalentes de caixa aplicado nas atividades de investimento	**-**	**(12.339)**
Aumento / (Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**159.919**	**(311.016)**
No início do exercício	753.756	1.064.772
No final do exercício	913.675	753.756
Aumento / (Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**159.919**	**(311.016)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

O Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário Queiroz Filho (IBEAC), fundada em 11 de junho de 1981, é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, com prazo de duração indeterminado e sua Sede está localizada na Av. Doutor Arnaldo, 2083 – Sumaré – São Paulo.

O IBEAC tem objetivos voltados à promoção de atividades e finalidade de relevância pública e social estatuária conforme artigo 2º:

a) Contribuir para o desenvolvimento e aperfeiçoamento do processo democrático no país;
b) Propor e realizar estudos, pesquisas e formações para conhecer e contribuir para a transformação da sociedade brasileira;
c) Estimular experiências baseadas no princípio da participação da sociedade civil;
d) Desenvolver ações promotoras de direitos humanos, incluindo os direitos à educação, saúde, assistência social, meio ambiente, cultura, esporte, desenvolvimento sustentável, turismo social de base comunitária e qualidade de vida;
e) Promover e estimular o cuidado com excelência de bebês, crianças, adolescentes, gestantes e mães nos territórios de atuação. Para desenvolver e implementar ações e programas destinadas especificamente a crianças e adolescentes, o IBEAC busca concretizar seus direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA: Direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária; oferecer orientação e apoio sociofamiliar e comunitário; desenvolver apoio socioeducativo em meio aberto; fazer assessoria a instituições que desenvolvem programas previstos no artigo 90 do ECA – Lei no. 8069/90. Incentivar e apoiar a formação de núcleos, grupos, movimentos e atividades comunitárias;
f) Incentivar e apoiar a formação de núcleos, grupos, movimentos e atividades comunitárias;
g) Contribuir para a formação política dos cidadãos, disseminando valores da democracia, dos direitos sociais, da educação à paz e não violência, da solidariedade entre os povos, do respeito à diversidade ético/racial, de gênero, sexual, cultural, ambiental e religiosa;
h) Promover e produzir publicações de interesse social sob a forma de livros, revistas, jornais, filmes, vídeos e outros meios de comunicação.

2. Resumo das principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do Instituto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e orientações contidas na Interpretação ITG 2002(R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por meio da Resolução 1.409/12.

A Administração da Entidade aprovou as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 em 24 de fevereiro de 2025.

A moeda funcional da Entidade é o real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da Entidade.

2.2. Principais práticas contábeis

Na aplicação das práticas contábeis pela Associação descritas na Nota Explicativa no 2.3, a Administração deve elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a determinação da vida útil e do valor residual do ativo imobilizado, a provisão para créditos de liquidação duvidosa e a provisão para riscos fiscais, trabalhistas e previdenciários. As estimativas e respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas anualmente.

2.2.1. Apuração do resultado – receitas e despesas

As receitas oriundas de contribuições associativas são registradas conforme determina ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), mediante documento-hábil, quando de sua competência. Todas as demais receitas e as despesas necessárias à manutenção das suas atividades são registradas pelo regime de competência.

2.2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras representadas, substancialmente, por certificados de depósitos bancários e aplicação em fundos de investimentos, com alto índice de liquidez de mercado e resgates não superiores a 90 dias da contratação, ou para os quais inexistem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato. As aplicações financeiras são classificadas em sua maioria na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

2.2.3. Contas a receber

Referem-se aos direitos a receber por conta da prestação de serviços na realização atividades sociais e direitos humanos.

2.2.4. Imobilizado líquido

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, sujeitos a depreciação pelo método linear, a taxas anuais que levam em consideração a vida útil estimada dos mesmos e o seu valor residual.

2.2.5. Obrigações trabalhistas

Representam os valores de tributos e contribuições devidos pela Entidade. O referido grupo contempla também as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos.

2.2.6. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **(i)** ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; **(ii)** passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e **(iii)** obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos dos quais a Entidade questione a inconstitucionalidade destes tributos. Neste exercício a Entidade não identificou nenhum ativo ou passivo contingente a ser contabilizado ou evidenciado em nota explicativa.

2.2.7. Trabalho voluntariado

De acordo com a revisão da ITG 2002 (R1) - Entidades sem fins lucrativos, de 21 de agosto de 2015 (DOU de 02.09.2015), item 19, a receita e o respectivo custo dos trabalhos voluntários, referente aos membros dos conselhos deliberativo e fiscal e os demais voluntários do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, estão sendo reconhecidos pelos seus valores justos na demonstração do superávit.

2.2.8. Recursos de projetos a aplicar

A Entidade coordena projetos encaminhados ou indicados por meio de suas associadas, estando obrigada a cumprir determinados requisitos, os quais são avaliados por meio de entrega dos produtos acordados e de prestações de contas submetidas à diretoria. No caso de não cumprimento desses requisitos contratuais, tanto a Entidade patrocinadora como a Entidade executora do projeto, poderão sofrer penalidades que podem incorrer inclusive na devolução dos recursos recebidos.

2.2.9. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Entidade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão (quando aplicável). Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

2.2.10. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações de fluxos de caixa refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando o método indireto. Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

- **Atividades operacionais:** referem-se às principais transações da Entidade e outras atividades que não são de investimento e de financiamento.
- **Atividades de investimento:** referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos.
- **Atividades de financiamento:** referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento dos exercícios, possuem vencimentos inferiores há 90 dias ou não possuem prazos fixados para seu resgate, sendo, portanto, de liquidez imediata:

Descrição	2023	2022
Caixa equivalentes de caixa não restrito		
Banco conta movimento – não restrito	329.079	238.466
Aplicação financeira – não restrito	63.642	65.232
	391.721	**303.698**
Caixa equivalentes de caixa restrito		
Aplicação financeira – restrito	520.954	450.058
	520.954	**450.058**
Total	**913.675**	**753.756**

4. Precatórios a receber

O saldo de R$ 85.069,88 refere-se a um Precatório decorrente de uma ação de cobrança movida pelo IBEAC contra o Município de Várzea Paulista/SP. Esse valor está em fase de liquidação judicial e tem previsão de pagamento no exercício de 2025.

Descrição	Data	Valor	Valor Atualizado	Juros	Saldo em 31/12/2023
1 - Prestação	25/06/2012	11.888	14.806	4.072	18.877
1 - Multa	25/06/2012	238	296	81	378
2 - Prestação	07/08/2012	11.888	14.804	4.071	18.874
2 - Multa	07/08/2012	238	296	81	377
3 - Prestação	10/10/2012	14.377	17.902	4.923	22.825
3 - Multa	10/10/2012	288	358	98	457
4 - Prestação	30/10/2012	14.377	17.902	4.923	22.825
4 - Multa	30/10/2012	288	358	98	457
TOTAL		**53.580**	**66.721**	**18.348**	**85.070**

5. Imobilizado líquido

		2023			2022
Descrição	% – Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Imóveis/Edificações	4	820.284	(453.852)	366.432	399.243
Máquinas e Equipamentos	10	18.177	(9.285)	8.892	10.709
Móveis, Utensílios e Instalações	10	1.030	(737)	293	397
Equipamentos de Informática	20	30.312	(27.592)	2.720	5.751
Total		**869.803**	**(491.466)**	**378.337**	**416.100**

Movimentação de imobilizado

Descrição	2022 líquido	Adições	Depreciação	2023 líquido
Imóveis / Edificações	399.243	-	(32.811)	366.432
Máquinas e Equipamentos	10.709	-	(1.818)	8.891
Móveis, Utensílios e Instalações	397	-	(103)	294
Equipamentos de Informática	5.751	-	(3.031)	2.720
Total	**416.100**	**-**	**(37.763)**	**378.337**

6. Recursos de projetos a aplicar

Descrição	2023	2022
Projeto Emenda Parlamentar	13.713	104.768
Projeto Trellis Foundation	-	63.587
Projeto Nascidos Para Ler	18.052	57.991
Projeto Ação Itaú social – Fies	-	56.334
Projeto Ação Inst. Eurofarma	42.000	42.000
Projeto Missão Em Foco Itaú	-	39.132
Projeto Minc	31.491	31.491
Projeto Literasampa	12.139	39
Projeto CPCD	2.601	3.406
Projeto Raia Drogasil	-	2.920
Projeto Fundo Biblioteca	13.240	13.240
Projeto Plataforma de Aprendizagem	5.545	5.545
Projeto Imaginable 2022	-	10.005
Projeto Ensina Brasil	3.400	-
Projeto Fundação Wolskwagen	36.384	-
Projeto Voith	5.400	-
Projeto Emory	81.692	-
Projeto FIES 2023	41.388	-
Projeto Tik Tok	138.479	-
Projeto Breathworks	5.774	-
Doações e Subvencões Para Investimentos	19.600	19.600
Projeto Minc Pronac 236776	50.050	-
Projeto Minc Pronac 111050	6	-
Total	**520.954**	**450.058**

Referem-se a recursos recebidos de contratos/convênios para aplicação em projetos da Entidade.

7. Contas a pagar

	2023	2022
Acordo trabalhista	42.000	-
Total	**42.000**	**-**

Circulante	**36.000**	**-**
Não circulante	**6.000**	**-**

O saldo refere-se a um acordo trabalhista firmado em dezembro de 2023, no qual a Reclamante, que alegava vínculo empregatício não registrado entre 05/11/2019 e 30/06/2023, aceitou o valor de R$ 45.000,00. Esse montante será pago em 15 parcelas mensais de R$ 3.000,00, com a primeira parcela em 15/12/2023 e a última prevista para 17/02/2025.

8. Patrimônio líquido

8.1 Incorporação do déficit ao patrimônio Social

O patrimônio social representa o patrimônio inicial do Instituto, acrescido dos resultados apurados anualmente desde a data de sua constituição que são empregados integralmente nos seus objetivos sociais. A Administração do Instituto adota como prática incorporar e/ou absorver nas rubricas de patrimônio social e/ou dotação especial do superávit (déficit) apurado nos exercícios.

8.2 Ajuste de exercícios anteriores

Ajuste de exercícios anteriores relacionados a um precatório, originado de ação de cobrança movida pelo IBEAC contra o Município de Várzea Paulista/SP.

9. Receita líquida de atividade social

A Entidade reconheceu a receita decorrente de contratos e convênios firmados, cujos recursos que foram aplicados totalmente em gratuidades, para custeios dos serviços da Programação de Direitos Humanos, sendo alguns, condicionados a restrições ou não.

Descrição	2023	2022
Projeto Missão Em Foco	39.131	586.281
Projeto Fundo Biblioteca	-	6.379
Projeto Literasampa	1.200	67.279
Projeto Plataforma De Aprendizagem	-	44.283
Projeto Imaginable Future Foundation	76.151	324.208
Projeto Trellis Foundation	123.643	242
Projeto Nascidos Para Ler	49.032	33.316
Projeto Ação Raia Drogasil	17.474	159.874
Projeto Ação Instituto Eurofarma	-	17.000
Projeto CPCD	53.674	-
Projeto Emenda Parlamentar	92.052	-
Projeto Consulado	250.000	-
Projeto Pranay 2022	49.234	-
Projeto Fundo IBEAC	113.733	-
Projeto Emory	19.208	-
Projeto FIES 2022	56.334	-
Projeto Tik Tok	38.330	-
Projeto Breathworks	250	-
Projeto Imaginable 2023	264.214	-
Outros projetos	-	27.405
Total	**1.246.660**	**1.266.267**

10. Receita de contribuição, doação e promoção

A Entidade recebeu doações e/ou contribuições de pessoas físicas e jurídicas sem restrições, que foram aplicadas totalmente em gratuidades, e ainda houve campanhas e promoções para arrecadação de receita.

Descrição	2023	2022
Donativos de pessoas físicas	49.461	33.100
Doações de pessoas jurídicas	18.847	145.035
Total	**68.308**	**178.135**

11. Trabalhos voluntários

As gratuidades são reconhecidas por ocasião da prestação de serviços em prol dos usuários definidos na Lei nº 12.101/2009 de forma gratuita, ou seja, sem reconhecimento de remuneração pelo beneficiário dos serviços.

Por exigência do item 24 da ITG 2002 (R1), as despesas incorridas no período contábil, provindas de redução de ativos ou do reconhecimento de passivos, devidamente identificáveis aos programas de assistência social, são apresentadas separadamente em contas específicas na demonstração do resultado do período.

A partir de 2016 todos os projetos e ações passaram a integrar o Programa de Direitos Humanos, que foca em atividades no âmbito de assistência social.

12. Custo de Atividade Social (Aplicação de recursos em obras sociais)

Descrição	2023	2022
Projeto Ação Raia Drogasil	(17.474)	(159.874)
Projeto LiteraSampa	(1.200)	(67.279)
Projeto Emenda Parlamentar	(92.052)	-
Projeto FIES	(44.863)	-
Projeto Consulado	(250.000)	-
Projeto Breathworks	(250)	-
Projeto CPCD	(53.674)	-
Projeto Missão em Foco – Itaú	(4.678)	(586.281)
Projeto Emory	(15.272)	-
Projeto Fundo IBEAC	(113.733)	-
Projeto Imaginable 2023	(232.333)	-
Projeto Pranay	(45.444)	-
Projeto Nascidos Para Ler	(49.032)	(33.316)
Projeto Tik Tok	(38.330)	-
Projeto Fundo Biblioteca	-	(6.379)
Projeto Ação Inst. Eurofarma	-	(17.000)
Projeto Plataforma de Aprendizagem	-	(44.283)
Projeto Imaginable Future Fundation	(62.781)	(161.721)
Projeto Trellis Fundation	(57.498)	(243)
Total	**(1.078.614)**	**(1.076.376)**

13. Despesas administrativas e gerais

Descrição	2023	2022
Prestação de Serviço por Pessoa Física ou S/V.Emp	(175.463)	(16.410)
Mat.de Limpeza e mat.de copa/cozinha.	(15.344)	(45.177)
Conduções	(10.654)	(16.577)
Encargos de Depreciação e Amortização	(37.763)	(41.561)
Outras despesas	(65.521)	(80.860)
Total	**(304.745)**	**(200.585)**

14. Resultado Financeiro

	2023	2022
Receitas financeiras		
Ganhos com RDB, CDB	36.748	42.628
	36.748	**42.628**
Despesas financeiras		
Despesas bancárias de aplicações	(15.963)	(20.009)
	(15.963)	**(20.009)**
Resultado financeiro líquido	**20.785**	**22.619**

15. Tributos e contribuições

15.1. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza de benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre seu superávit/ (déficit), de acordo com o artigo 174. do Regulamento de Imposto de Renda (RIR) aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/1999 e Lei nº 9.532/1997.

15.2. PIS

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1%, de acordo com a Lei nº 9.532/1997.

15.3. COFINS

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade, de acordo com as Leis nºs 9.718/1998 e 10.833/2003.

16. Gestão dos riscos e valorização dos instrumentos financeiros

a) Considerações sobre riscos de crédito

O risco de crédito encontra-se vinculado a potencial inadimplência de seus associados, uma vez que a Associação depende das contribuições mensais para manter-se em funcionamento. As contribuições associativas de cada associado são monitoradas periodicamente e, existindo inadimplência, a Administração da Associação procede com a cobrança.

Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Associação possui recursos em conta corrente disponíveis para utilização imediata.

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Associação ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações e de manter uma adequada estrutura de capital.

b) Valorização dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros do ativo em 31 de dezembro de 2022 são:

- **Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa no 3):** saldos em conta corrente e aplicações financeiras de curto prazo que têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis;
- **Aplicações financeiras (Nota Explicativa no 3):** saldos em aplicações financeiras de curto e longo prazo que têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.

c) Operações com instrumentos derivativos

A Associação não efetuou operações em caráter especulativo, seja em derivativos ou em quaisquer outros ativos de risco. Em 31 de dezembro de 2022, não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos ou quaisquer outras transações com instrumentos financeiros derivativos.

17. Contingências

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária. Atualmente a Entidade não possui saldo provisionado correspondente a demanda judicial de qualquer natureza com risco provável, pois ao longo do exercício as demandas foram liquidadas.

18. Cobertura de seguros (não auditado)

A Entidade mantém cobertura de seguros em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ ou responsabilidades. As premissas de riscos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.